

Propostas para a agricultura no início do Império: um estudo comparativo entre as ideias de Friedrich von Weech e Carlos Augusto Taunay

João Klug^{*}

Resumo

Este trabalho analisa as propostas para agricultura e pecuária contidas em dois manuais escritos entre 1827-1828. Os autores, ambos militares estrangeiros, vivenciaram pessoalmente a experiência com atividades agropecuárias no Rio de Janeiro. Friedrich von Weech, agrônomo e oficial do Exército alemão, teve uma curta experiência no Rio de Janeiro, visto que em 1827 retornou à Alemanha. Carlos Augusto Taunay foi oficial nas tropas napoleônicas e, após algum tempo no recém-criado Exército brasileiro, pediu baixa, passando a se dedicar à agricultura. O presente texto procura fazer uma síntese das propostas de ambos, destacando o que apontavam como possibilidades economicamente viáveis para futuros agricultores, especialmente imigrantes que viessem se fixar no Brasil. Considerando que a

cidade do Rio de Janeiro, então capital do jovem Império, experimentava um aumento populacional, era estratégico pensar no abastecimento de hortigranjeiros, aspecto este pensado pelos dois autores e objeto deste texto

Palavras-chave: Agricultura. Brasil Império. Abastecimento

“O Brasil tem mais ou menos a mesma idade da ciência agrícola. A mesma idade da revolução comercial. O Brasil nasceu agrícola.”¹ Por mais paradoxal que possa parecer, o Brasil nasceu agrícola, mas teve grande dificuldade de assumir uma identidade agrícola, de ter o devido cuidado com a agricultura. É notório que a prática agrícola empregada no Brasil nos primei-

^{*} Doutor em História e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da UFSC – Florianópolis.

ros séculos foi uma prática que podemos classificar como predatória, visando a lucros imediatos. Os portugueses que aqui chegaram em 1500, decididamente, não tinham uma tradição de agricultura. Como bem observava frei Vicente do Salvador, os portugueses, “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.²

O fato é que aqui se implantou uma mentalidade de metrópole, pois o Brasil não foi colonizado por um povo agrícola, e sim por um povo de mercadores, num contexto em que o mercantilismo na sua vertente metalista se impunha. A preocupação era acumular metais preciosos, pois a riqueza de um Estado estava na proporção direta da quantidade de metais preciosos acumulados. Nesse contexto, não é difícil entender as dificuldades das atividades agrícolas no Brasil. Não se procurou aplicar aqui uma ciência agrícola ou uma maior racionalização no exercício das atividades agrárias. Paradoxalmente, o Brasil nasceu agrícola, mas a tênue atividade intelectual e/ou científica não estava de forma alguma voltada para o campo, e sim para o bacharelismo. Dessa forma, enquanto os cursos de direito progrediam, não havia ainda qualquer curso voltado para a agricultura num país que “nasceu agrícola” e que afirmava possuir uma “vocação agrícola”.

É a partir dessas considerações que pretendo neste texto fazer um breve estudo comparativo a respeito das ideias e propostas no campo da agricultura de Friedrich von Weech e Carlos Augusto Taunay. Ambos escreveram nos primeiros anos do

Império, contexto no qual o Brasil dava os seus primeiros passos para se firmar no círculo dos Estados independentes.

Friedrich von Weech foi oficial do Exército alemão que se estabeleceu no Brasil, dedicando-se à agricultura por um curto período. Como resultado de suas observações, escreveu em 1828 uma espécie de “Manual” agrícola, o qual, segundo Débora B. Alves, “deve ser um dos primeiros, se não for o primeiro, escrito em alemão, com o objetivo de orientar os imigrantes do seu país, especialmente os agricultores”.³

Friedrich von Weech nasceu em Munique em 1794, de família nobre. Foi militar, mas também estudou agronomia, vindo para o Brasil em 1823, para se estabelecer como agricultor. No Brasil, sua “iniciação” nas lides agrárias ocorreu no Rio de Janeiro, na fazenda Mandioca, de propriedade do cônsul-geral do Império russo, o barão von Langsdorff. Weech logo percebeu as dificuldades para se estabelecer na agricultura no recém-criado Império brasileiro, rumando para a Argentina em 1825. Constatando que ali as dificuldades seriam provavelmente ainda maiores, retornou ao Brasil, arrendando em 1826 um lote de terras na ilha Viana (baía de Guanabara), onde iniciou suas atividades de agricultor depois de comprar dez vacas e alguns escravos. Seu objetivo inicial era produzir leite para vender na capital do Império, mas por várias razões seu empreendimento não prosperou, e ele retornou à Alemanha em 1827. Em sua viagem de retorno a bordo do navio inglês “Alcides”, escreveu a obra objeto desta análise. Sua trajetória como agricultor no Brasil foi,

portanto, efêmera, não realizando seu projeto de se estabelecer no país.

Carlos Augusto Taunay, assim como von Weech Taunay, fora militar servindo nas tropas de Napoleão, nas quais ainda jovem alcançou o posto de major. Como bonapartista participou das principais campanhas no final do Império francês, como na invasão da Rússia em 1812 e da batalha de Leipzig em 1813, quando teve o nariz decepado por uma lança.⁴

Em razão da queda do Império napoleônico, o espaço político da família Taunay (bonapartista) ficou reduzido e desconfortável. Nesse contexto, seu pai, o pintor Nicolas Antoine Taunay, aceitou o convite para integrar a Missão Artística Francesa, e em 1816 a família se transferiu para o Brasil. No Rio de Janeiro Carlos Augusto Taunay reingressou nas fileiras militares, servindo no Exército brasileiro em formação. Na segunda metade de 1820, no entanto, Taunay pediu baixa do Exército brasileiro, passando a se dedicar à gestão de um sítio da família no maciço da Tijuca, no qual se cultivava café. Dessa forma, passou a se interessar por assuntos agrícolas e em 1829 finalizou sua primeira versão do *Manual do agricultor brasileiro*, tentando publicá-lo por meio de subscrições; não logrou, porém, nenhum êxito.⁵

Em 1833 Taunay ingressou na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), instituição criada em 1825 e que visava estimular a indústria brasileira, entendida como qualquer atividade produtiva, agrícola ou fabril. Em 1839, com apoio do *Jornal do Comércio*, foi publicada a primeira edição do seu manual, que obteve grande sucesso editorial. No mesmo

ano a Sain financiou uma segunda edição, recomendando sua distribuição por todo o território nacional, constituindo-se num dos primeiros textos da literatura agrônômica no Brasil.

Após essa breve apresentação de cada um dos protagonistas, passemos à análise de seus respectivos “manuais”.

Em sua obra, von Weech procura orientar futuros emigrantes alemães a respeito de como se instalar no Brasil, experiência que ele mesmo não realizara. Seu objetivo fica claro na introdução:

A finalidade exata desta pequena obra não será trazer ao leitor interessado informações além das que forem necessárias para que ele ganhe a vida nos diversos tipos de trabalho da vida civil [...]. Longe de mim querer aborrecer os leitores com minhas opiniões sobre as colônias e meios adequados para prosperar em países desconhecidos; também não penso que essas opiniões sejam conclusivas e infalíveis. *Os leitores podem estar certos de que aqui encontrarão somente verdades*. Evitei tanto elogios exagerados como críticas malévolas, e estou convencido de que esta obra poderá ser útil ao emigrante em sua chegada ao Brasil. É oferecida com amor e gostaria que assim fosse recebida.⁶ (grifo meu).

O autor destaca a exuberância do meio ambiente brasileiro, sua prodigalidade, visto que “todas as frutas que a natureza presenteou à espécie humana podem ser aqui aclimatadas”. No entanto, deixa claro que esta mesma natureza pródiga do Brasil também abriga “terríveis doenças que em poucas horas matam, febres malignas, um calor quase insuportável, insetos venenosos, feras de todos os tipos luta pela sobrevivência, e a força da Europa com frequência desaparece sob poucos raios de

sol no cinturão incandescente da Terra das Américas”.⁷

Considerados prós e contras, von Weech conclui que o Brasil “apresenta poucas desvantagens de que se lamentar”. Enfatiza que é um magnífico país, “favorito da natureza”.⁸

Avaliando as qualidades com as quais a natureza presenteou o Brasil, o autor aproveita para exaltar os povos anglo-saxões em detrimento dos ibéricos.

O que não poderia vir a ser este país, se encontrasse a três séculos sob a posse de um daqueles povos europeus cuja sensibilidade artística e disposição para o trabalho transformaram em atraentes jardins até aquelas regiões nas quais a natureza se revelou uma madrasta.⁹

Na concepção de von Weech, para o exercício das atividades agrícolas no Brasil, em princípio, os escravos não seriam necessários; no entanto, a posse destes acaba sendo fundamental, visto que para um europeu se instalar nas imediações da cidade do Rio de Janeiro “precisa possuir família ou ser rico o suficiente para comprar ou alugar negros, pois não é possível começar sem ajudantes”.¹⁰

Recomenda que quem quiser se dedicar à horticultura nas imediações das cidades maiores deve ter o cuidado de “não imitar a indolência dos nativos, cujos canteiros só se apresentam cheios de legumes quando estes, em clima ameno, crescem e se desenvolvem quase sem cuidados”. Para esta atividade, sugere ao europeu “empregar habilidade e inteligência” para produzir legumes na estação quente e seca, quando estes praticamente desaparecem. Produzindo neste período, “pode estar cer-

to de vender a preço extraordinário os legumes recolhidos por negros que negociam verduras”.¹¹

Na lista dos legumes europeus mais apreciados encontram-se repolho-branco e roxo, alface de vários tipos, alho-porró, salsa, cebola, pepinos, alcachofra, beterraba e vagens. Entre os legumes e frutas nacionais, von Weech relaciona tomate, maxixe, quiabo, feijão, pimentas, melancias, melão e “esplêndidos abacaxis”.

Um ramo lucrativo da atividade rural à qual os imigrantes mais abastados deveriam dispensar atenção é a produção de leite nas imediações das cidades mais populosas. No entanto, destaca, é uma atividade que oferece uma série de obstáculos, entre os quais relaciona a falta de terras disponíveis próximas às grandes cidades. Nas proximidades da capital, Rio de Janeiro, “a maior parte está ocupada por casas de campo consagradas somente aos prazeres ao desfrute de um ar saudável”, argumenta von Weech.¹² As terras disponíveis já estavam ocupadas com grandes hortas ou eram pequenos lotes que não comportavam senão algumas poucas vacas.

Na concepção do autor, seria muito mais prudente e recomendável arrendar terras do que comprá-las, pois com esse procedimento o imigrante “conserva inteiramente em mãos o capital que pode ser destinado a qualquer outro fim sendo possível poupá-lo para, em caso de infortúnio, não ficar completamente despojado de dinheiro”.

Adverte, contudo, que as terras disponíveis próximas às cidades mais populosas são ruins, malcuidadas, e “quem

manteve suas terras em bom estado, não arrendará”.¹³ Assim, o arrendatário deveria, em primeiro lugar, cuidar da fertilidade do solo visando ao plantio de forrageiras. Feito isso, recomenda levantar um estábulo e adquirir vacas prenhes, tantas quantas a pastagem existente suportar. Para adubação das áreas destinadas ao plantio de pastagem ou melhoria das já existentes, recomenda que se faça compostagem utilizando o esterco do estábulo, adicionando “todos os tipos disponíveis de plantas, relvas, cinzas, cal etc.”¹⁴

Em suas recomendações sobre a instalação de uma propriedade produtora de leite, o autor se ocupa com vagar, discorrendo sobre o manejo de vacas de leite, prevenção de moléstias, assim como sobre tratamentos, bem como sobre a melhor forma de armazenamento do leite de um dia para outro até sua venda na cidade. Quanto ao transporte do leite até a cidade, von Weech recomenda que seja feito por um negro ou negra, pois entende que “são ótimos pedestres e estão habituados a cargas consideráveis sobre a cabeça [...]. O movimento dos animais faz o leite virar manteiga; além disso, o animal de carga é um pensionista a mais, cujo trabalho não é lucrativo”.¹⁵ Nesse contexto, sua orientação é:

Não é recomendável começar só com negros e, apesar de um empregado europeu sair muito caro, o arrendatário pode estar certo de que, sob a vigilância deste último, as vacas serão bem tratadas, ordenhadas sempre com asseio e também, quando ele for obrigado a se ausentar da propriedade por alguns dias, não ocorrerão desordens. [...] a negligência inata dos negros torna imprescindível uma vigilância contínua e uma dura punição àquele que age de forma contrária.¹⁶ (grifo meu).

Empenhado em demonstrar racionalidade nesta atividade agrícola, o “militar-quase fazendeiro” apresenta uma tabela de custos de produção para a instalação de uma pequena propriedade produtora de leite, na qual prevê a necessidade de um capital de três contos de réis.¹⁷

Deixando a proposta de produção de leite, von Weech passa a tratar de outras possibilidades econômicas para o imigrante, indicando a criação de aves domésticas como atividade rentável ao emigrante que se instalasse nas cidades mais populosas. Como exemplo cita a capital do Império, com seus quase duzentos mil habitantes (em 1828) e que necessitava diariamente de um grande número de aves para consumo, pois que “a carne do gado bovino no Rio de Janeiro não é, na sua maioria, especialmente boa; a de outros animais domésticos como bezerros, ovelhas, etc. é cara e difícil de encontrar”.¹⁸

Afirma ainda que no comércio de aves “não se lucra menos de 100 por cento” e que existem aqueles comerciantes que viajam dias comprando aves domésticas para revendê-las na capital. De acordo com o autor, a maioria “faz fortuna em pouco tempo”. Nesta atividade, teria privilégios o imigrante que conhecesse comerciantes na cidade, visto que com a intervenção destes podiam-se vender a bom preço aves e ovos aos navios que retornavam à Europa e que necessitavam se abastecer para a travessia.

As orientações técnicas relativas à produção de aves são bastante detalhadas, demonstrando conhecimento. Ao indicar a criação de aves como algo rentável, o autor

deixa claro que se trata de uma atividade especificamente feminina ao afirmar:

É a honrada dona de casa que estimulamos a dedicar algumas de suas horas ociosas à criação de galinhas em pequena escala, nem que seja apenas no início, não ocorrendo nenhum acidente excepcional, ela pode ficar certa de ganhar no final do ano, o suficiente para a manutenção de uma família pequena.¹⁹

Sobre a fase inicial, de instalação do imigrante, o autor descreve em detalhes desde a técnica de derrubada da mata – e a necessidade de que fosse feita por caboclos, os quais melhor que ninguém conhecem este procedimento –, a queimada, as construções e a utilização das melhores madeiras para esta finalidade, primeiros plantios, etc.

Weech também afirma, categoricamente, não concordar com os fazendeiros que preconizam a monocultura exportadora, como o café, por exemplo, e com o seu alto rendimento comprar víveres necessários para a fazenda. Considera, portanto, a produção de víveres como importante estratégia do produtor rural, visto que assim ficaria livre dos problemas oriundos da oscilação dos preços desses produtos. Dessa forma, advoga que a propriedade seja autossuficiente no que diz respeito à produção de alimentos.

Com base nessa premissa, von Weech passa a descrever aspectos técnicos da produção, bem como formas de utilização de diferentes produtos da agricultura, tais como mandioca, milho, feijão, batata-doce, cará, abóbora, frutas e legumes diversos.

Em relação à cultura do café, faz ampla exposição sobre seu cultivo e tratos

culturais, desde a formação das mudas, replante, cuidados na lavoura, colheita e processamento. Talvez von Weech tenha sido um dos primeiros, senão o primeiro, a orientar futuros imigrantes que quisessem se dedicar à cafeicultura a respeito de custos de produção para os primeiros três anos, quando só então o cafezal iniciava sua produção. Elabora seus cálculos partindo do pressuposto de que a terra necessária para a formação de uma fazenda de café seria doada pelo governo imperial brasileiro, portanto, a custo zero. O item mais dispendioso seria a aquisição de escravos, sem os quais seria impossível produzir café. Afirma também que o café brasileiro é inferior ao produzido nos demais países, “por seu amargor seco e por ter certo gosto de terra”. Isso se devia ao processo de secagem após a colheita, que ocorria ainda em chão batido, e também porque “a metade das cerejas são retiradas ainda verdes da árvore”.²⁰

Assim como discorreu sobre o café, também se ocupa com o cultivo da cana-de-açúcar, variedades de cana, instalação de um engenho e fabricação do açúcar. Em sua exposição, chama atenção novamente para os custos de produção, elaborando tabela para o primeiro e segundo ano de uma propriedade produtora de açúcar. Novamente tem a compreensão de que a terra seria doada pelo governo. A aquisição de escravos compõe o item mais dispendioso, mas fundamental, para a produção de açúcar, mais do que para a produção de café. Preconiza que um engenho deve ser movido por força hidráulica, e onde isso não fosse possível melhor seria não se dedicar

ao plantio de cana-de-açúcar, enfatizando que “o europeu não faz idéia dos custos e dos transtornos de uma engenho de açúcar movido a bois e burros”, o que era muito frequente no Brasil. No caso de utilizar bois ou burros como força motriz, seria necessário um mínimo de vinte juntas para a utilização em uma plantação média, o que também demandaria uma área considerável e um número maior de negros envolvidos no cuidado dos animais. Weech chama atenção ainda para a grande mortalidade desses animais de tração em virtude do seu emprego até a exaustão, acompanhado de escoriações causadas pelos apetrechos impróprios de atrelamento. Além disso, corria-se o risco de ficar sem qualquer força de tração em caso de uma epidemia.

Em seu texto, ainda trata de várias culturas com as quais o agricultor poderia obter relativo sucesso financeiro, se aplicadas as técnicas corretas de manejo. Inclui nesse rol o índigo (anil), exportado como corante e que perdera espaço em razão do avanço das lavouras de café, mas que poderia voltar a ser cultivado em áreas impróprias para o café e cana-de-açúcar. Menciona ainda as culturas do arroz, tabaco, algodão e mamona.

Em relação ao cultivo de frutíferas, destaque especial é dado à jaqueira, “uma glória para qualquer região e, em plena produção, um espetáculo admirável, e sua utilidade é tão grande quanto a sua beleza”. No entanto, afirma, “infelizmente pouco conhecida. Calcula-se que três dessas árvores assegurem o sustento de um homem, dez, de uma família”.²¹

Como outra possibilidade de rendimento para o agricultor, passa a discorrer sobre o beneficiamento da madeira, atividade que, em sua visão, não exigia grande soma de capital. Para este alemão bávaro, “o Brasil é o país mais rico da Terra em espécies de madeira nobre e de boa qualidade”. Ressalta, porém, que, apesar disso, tábuas e pranchas eram raras, portanto caras, e que, “apesar da grande distância e de taxas de importação elevadas, os suecos enviam-nas com grande lucro ao Brasil”.²² A razão disso estaria na falta de serrarias e na dificuldade de transporte. Quanto ao conhecimento da qualidade e durabilidade dessas madeiras, bem como seu emprego apropriado, os habitantes do país seriam as pessoas mais aptas para dar as melhores informações, visto possuírem um “talento surpreendente” nesse campo.

Outra possibilidade de lucro a partir da utilização da floresta seria a produção de carbonato de potássio a partir das cinzas oriundas da queima da madeira. Com o tempo, o agricultor aprenderia qual a espécie de madeira produzia a melhor cinza, enfatizando que as madeiras duras são mais ricas em potassa que as moles. Descreve também o processo de obtenção do carbonato de potássio, evidenciando ao longo do seu texto que não tinha qualquer preocupação com questões ambientais, apesar de esta ser uma temática já presente na agenda de vários intelectuais brasileiros.²³ Weech menciona que tivera a honra de expor a José Bonifácio de Andrada, intelectual que já fazia sólida reflexão sobre questões ambientais naquele período, a quem chamava de “o Marquês de Pom-

bal brasileiro”, um plano pormenorizado a respeito da introdução e criação de ovelhas nobres, com vistas ao processamento de lã, tentativa esta abortada pelos ingleses.

Ao discorrer sobre a pecuária, descreve os métodos ainda rudimentares praticados, chamando a atenção para o fato de que nas províncias meridionais o gado é antes caçado do que criado. Enfatiza que, especialmente no Rio Grande do Sul, a criação de ovelhas teria ótimos resultados se devidamente feita; para isso, entende que seria fundamental que o governo fizesse um investimento, mandando vir da Europa raças produtoras de lã.

Na conclusão de seu manual, von Weech dedica um capítulo à questão – complexa – relativa à formação de colônias alemãs no Brasil. Enfatiza vários entraves que dificultam o processo e impedem que o empreendimento tenha resultados positivos. Nesse contexto, chama atenção para os entraves políticos do jovem Império, os entraves técnicos, como a localização das colônias, a qualidade dos solos, as dificuldades iniciais na fase de instalação do recém-chegado, sem deixar de mencionar a qualidade do imigrante, que às vezes não era aquela que se esperava.

Em relação a Carlos Augusto Taunay, ao longo do seu *Manual* evidencia-se que o principal problema a ser encarado pelo proprietário rural brasileiro era a gestão dos escravos. Ao lado do tema escravidão, Taunay propõe a melhoria e diversificação de culturas agrícolas, tanto aquelas voltadas à exportação como as consideradas gêneros de primeira necessidade, com vistas, em especial, ao abastecimento da escravaria.

Assim como Weech, Taunay inicia sua obra fazendo uma verdadeira apologia ao ambiente natural do Brasil, afirmando que, dentre todas as regiões do globo, “talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil”. Tal entendimento se baseava na variedade de climas, solos, relevos, regimes hídricos, de forma que dificilmente alguma espécie vegetal conhecida teria dificuldade de vingar no Brasil. Dada a sua posição no globo, Taunay entende que “o Brasil é, por natureza, destinado a servir de empório a todos os povos”. Ressalta, no entanto, que não era a realidade que se apresentava, a qual era marcada por um “vergonhoso atrasamento”,²⁴ “um estado de infância”,²⁵ pois que a civilização do Brasil provém da de Portugal, onde está infinitamente atrasada, e aqui o sistema colonial tendia positivamente a fazê-la degenerar, o que neutralizava as vantagens com as quais a natureza dotara o Brasil.²⁶

Em seu *Manual* deixa claro seu objetivo:

A presente obra é um ensaio para suprir a falta quase absoluta de guia e livros elementares que sofrem os lavradores brasileiros, enquanto a legislatura, o governo e as câmaras provinciais se não ocupam com a devida atenção do melhoramento da arte que sustenta e enriquece o Estado e não encomendam a homens de saber e experiência tratados e escritos que difundam as teorias e bons métodos.

O autor propôs-se somente a insinuar ao agricultor idéias gerais sobre sua profissão, e máximas sãs para a sua conduta, e a livrá-lo de alguns prejuízos nocivos, e não a dirigi-lo passo a passo nos seus trabalhos; se puder convencer os que governam e os que se entregam á agricultura da necessidade de procurar novas luzes e seguir nova marcha, terá obtido o fim a que aspira.²⁷

Taunay levanta pesadas críticas aos métodos agrícolas vigentes no Brasil, os quais evidenciam o atraso, como, por exemplo, a não utilização do arado, “principal e mais admirável das máquinas agrícolas”.²⁸ Apesar de vários anos de vivência no Brasil, o autor não havia percebido a dificuldade ou a impossibilidade do uso deste instrumento em áreas onde tocos, raízes e troncos impediam que fosse empregado nos anos iniciais de qualquer empreendimento agrícola.

Com vistas a possibilitar que o Brasil saísse do seu “vergonhoso atrasamento” na área da agricultura, o autor propõe as seguintes iniciativas, por ordem de importância:

- 1) abertura de estradas e canais, bem como estímulo ao comércio de cabotagem;
- 2) redação de um código que uniformizasse o tratamento dispensado aos escravos;
- 3) convocação anual dos agricultores mais notáveis de cada comarca para formar um “júri da agricultura”, o qual teria a função de premiar com gratificações, medalhas e honrosas menções aqueles que tivessem se distinguido por introduzir com sucesso alguma cultura nova, pela sua produção e pelo cuidado com a escravaria;²⁹
- 4) criação de cadeiras de agricultura em todas as capitais das províncias, exigindo-se feitores de engenho, administradores de fazendas que contassem com as mais de vinte escravos, que fossem “assistir

às lições”, proibindo-se, depois de certo prazo, o emprego de pessoas nestas funções que não apresentassem diploma de terem frequentado aquelas escolas;

- 5) publicação e distribuição em todas as freguesias, de livros elementares visando estimular as mais variadas culturas agrícolas.

Em sua concepção, a primeira iniciativa a ser tomada de forma racional seria a escolha da área destinada à atividade agrícola. Ao contrário de Weech, Taunay entende que é quase impossível obter do governo as sesmarias, em razão das “absurdas dificuldades administrativas, que somente favorecem as famílias poderosas”. Assim, aos estrangeiros ou àqueles que eventualmente tivessem interesse de se mudar da cidade para o campo só restavam as alternativas da compra ou do arrendamento. Weech, por sua vez, mencionava que mesmo o estrangeiro poderia obter terras gratuitamente, desde que soubesse contornar os entraves burocráticos; nesse contexto, aquele que tivesse possibilidade de dar um bom presente aos burocratas do Império em poucos meses teria sua sesmaria.

Taunay se ocupa, então, em orientar como devem ser as edificações rurais, desde a construção da sede até as demais construções, bem como descreve o sistema de caminhos internos de uma fazenda.³⁰ Ao contrário de Weech, revela preocupação com a questão ambiental e conservação de solos, pois entende ser necessária uma regra “para conservação das terras e boa aparência das fazendas”.³¹ Esta regra consistia em

poupar o mato no cume dos outeiros e montes, nas fraldas íngremes e paredões dos barrancos. As matas não só embelezam o chão e dão madeira, frutas e sombra, senão que são também a origem do húmus ou terra vegetal, produzem e conservam as nascentes e fontes, rompem a violência dos furações e entretêm a salubridade da atmosfera.³²

Digno de nota é a sua percepção que conjuga preservação de áreas florestais nas partes mais elevadas com a dimensão estética das fazendas. Tal percepção está totalmente ausente na obra de Weech.

Quanto aos engenhos de açúcar, Taunay aborda a questão numa perspectiva mais ampla do que a de Weech, evitando detalhamentos. Acentua que um engenho apresenta duas áreas bem distintas: aquela que poderia ser considerada agrícola e que compreendia a escolha e preparo do solo, seleção do tipo de cana, tratamentos culturais, aproveitamento dos espaços intercalares com gêneros tais como milho, feijão, arroz, mandioca, abóbora, corte e transporte da cana até o engenho; a segunda seria a área fabril, que compreendia todo o processo de edificação e tecnologia dos engenhos, a moagem da cana e as várias etapas na preparação do açúcar, destilação da cachaça, evidenciando a complexidade de um engenho. Taunay chega até a fazer uma analogia entre um engenho bem administrado e um Estado: o engenho seria equivalente a um pequeno Estado e um bom administrador de engenho poderia também ser um bom ministro de Estado. Enquanto von Weech não recomendava a instalação de um engenho movido a força animal, Taunay afirma que, “em lugares

secos, longínquos, na proximidade dos sertões aonde toda a casta de gado é barato, talvez seja o preferível”.³³

Ao descrever sobre o cultivo do café, não entra em detalhes como faz von Weech, pois entende que se trata de uma cultura agrícola por demais conhecida dos agricultores brasileiros. Percebe-se que Taunay e Weech são unânimes em reputar o café brasileiro como sendo de qualidade inferior dentre todos os que são comercializados na Europa; ambos concordavam que isso se devia à falta de método e à negligência dos lavradores no processo que compreendia a colheita, secagem, descascamento e armazenamento. Weech recomendava a limpeza total da lavoura cafeeira, ao passo que Taunay orientava que fosse feita a limpeza com enxada somente num pequeno círculo ao redor do cafeeiro e que o restante do espaço fosse apenas roçado com foice duas vezes ao ano, para que o capim e/ou outra vegetação ajudasse na conservação do solo, evitando a erosão – mais uma vez percebe-se sólida preocupação ambiental em Taunay, ausente em von Weech. Assim como Weech, Taunay preconizava a necessidade de um negro para cada 1.500 pés de café, no entanto não elabora nenhuma tabela concreta de custos de produção.

Em relação ao algodão, Taunay entende que, em grau de importância e “do serviço que faz a humanidade, talvez não haja outro vegetal mais precioso sobre a terra”.³⁴ Considerando o intenso uso de tecidos de algodão, chega mesmo a afirmar que “talvez não exista cultura de tanto lucro. Um morador sem um só escravo e um rico capitalista podem igualmente prospe-

rar dedicando-se a ela”.³⁵ Compreende que se trata de um cultivo que poderá ter uma grande expansão no Brasil, com lucros assegurados, visto que “o consumo na Europa aumenta anualmente”. Menciona os vários tipos de algodão e as regiões mais propícias para o seu plantio, acentuando que pode ser cultivado praticamente em todo o Brasil, mas sobretudo nos sertões. Recomenda aos lavradores “o mais escrupuloso cuidado na escolha da semente”, preferindo-se sementes oriundas de outros distritos que produzem algodão de comprovada qualidade. Nesta lavoura, os espaços intercalares também deveriam ser aproveitados para o plantio de gêneros. Com relação à colheita, Taunay lamenta que os negros não tomassem os cuidados devidos, o que reduzia a sua qualidade. Em seus cálculos, projeta uma produção média de vinte arrobas por preto, o que geraria uma renda entre 100 a 120 réis/preto.

Em relação ao fumo, Taunay entende ser a cultura agrícola de uso mais cosmopolita, pois “o negro nos areias adustos do seu clima ardente e o lapônio sepultado no chão abaixo de outeiros de neve não podem passar sem fumo”.³⁶ De maneira breve, aborda a questão relativa a tratos culturais. Digno de nota é o fato de acentuar o uso medicinal do fumo:

Verdadeiramente, nos países úmidos, no mar e nas doenças originadas por excesso de linfa e de humores frios, o uso moderado do fumo é proveitoso. Convém particularmente aos temperamentos fleumáticos. Os negros de ambos os sexos gostam imoderadamente do fumo, e, para o obterem, são capazes de cometer excessos que os senhores de juízo prevêem, fazendo dele uma distribuição regular à sua escravatura.³⁷

Para Taunay, o milho tem destaque especial: de um lado, “é a cultura menos custosa de todas” e que pode produzir duas colheitas ao ano no mesmo terreno; de outro, tratava-se de uma cultura com maior grau de utilização, tanto para a alimentação humana quanto animal. Considerando sua utilidade, “o milho faz a fartura a glória das fazendas, atrevendo-nos a prognosticar que quando o acréscimo da população exigir da agricultura maior produção de alimentos, o milho ganhará pouco a pouco preferência decidida sobre a mandioca”.³⁸

Chamo atenção para o fato de que, quase 150 anos depois de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico *Caminhos e fronteiras*, viria dar atenção especial ao milho, como cultura que permitiu a interiorização do Brasil, dedicando ao assunto o capítulo “A civilização do milho”.

Taunay também incentiva o plantio do arroz, enfatizando sua grande produção e a possibilidade, no Brasil, de boas colheitas, plantando-se também o arroz de sequeiro. Sua argumentação em favor do arroz se sustenta na constatação de que “o arroz sustenta um muito maior número de homens do que o trigo”.

O feijão, por sua vez, é visto por Taunay como uma cultura que rende aos brasileiros incalculáveis préstimos. “É alimento de que gostam tanto o senhor quanto o escravo, e que faz a fartura da casa grande e da senzala.” Enfatiza ainda que é o “companheiro obrigatório do toucinho e da carne seca”.³⁹ Entre várias espécies, destaca o feijão-preto como o mais saboroso e sadio.

Discorre também sobre a plantação de abóbora, enfatizando “os grandes serviços” que tem feito à família do lavrador brasileiro e à sua escravatura. Recomenda que as abóboras sejam dadas aos escravos misturadas com fava ou feijão, o que reduziria o consumo de carne, pois, sendo também cultivada na África, era indicada especialmente aos pretos novos, acostumados a esse alimento.

Seguindo essa linha de raciocínio, isto é, vegetais que deveriam ser plantados com vistas especialmente à alimentação dos negros, Taunay recomenda a batata-doce, cará, inhame, taiá, araruta, quiabo, amendoim, carurus (mais de vinte espécies), a batata-inglesa, tubérculo que, segundo Taunay, salvara a Europa “daquelas fomes horrendas que em tantas épocas a tem açoitado”, pois que produz colheitas abundantes onde o trigo não produz. Lamenta, no entanto que não produza bem à beira-mar, mas, sim, no “território da colônia suíça”, ou seja, Nova Friburgo, que tinha o inconveniente de estar situada a 24 léguas da corte, com o que as despesas com o transporte até a capital tornavam os produtos mais caros do que aqueles que oriundos da Irlanda.⁴⁰

Taunay discorre, ainda, sobre as muitas possibilidades de “naturalizações botânicas” de espécies vegetais que poderiam ser introduzidas no Brasil, as quais, na sua concepção, teriam grande viabilidade econômica. Nesse sentido, indica o chá, cujos ensaios no Brasil foram paralisados por puro abandono e desleixo. Exalta também a cultura do cacauero, chamando a atenção para a facilidade de seu manejo, visto

que “20 pretos podem tratar de 40 ou 50 mil pés”. Sobre o tema faz uma crítica ao afirmar que, dada a demanda crescente e a ainda pouca produção nacional, “importam aquilo mesmo que deviam exportar”.⁴¹

A pimenta-do-reino, afirma o autor, “para dar avultados lucros, não espera senão que a cultivem”. Aponta, ainda, para alternativas que entende ser lucrativas, tais como anil, baunilha, cochonilha. Destas duas últimas, o governo deveria mandar vir variedades do México, argumenta Taunay. Indica ainda a canela, cânfora, cravo, alcaçofra, noz-moscada e ópio, os quais teriam importante papel na farmacopeia brasileira. Indica também como economicamente viável a plantação de amoreiras visando à criação do bicho-da-seda. Em relação à amoreira, afirma que alguns exemplares crescem muito bem no campo da Aclimação (atual Praça da República no Rio de Janeiro) e que “podiam elas ficarem para ornamento da praça e refrigério dos caminhantes *em uma cidade aonde nem uma só árvore nos lugares públicos presta sua sombra e frondosa decoração*”.⁴² (grifo meu).

Sobre todas as espécies exóticas, Taunay deixa claro que, antes de se investir em plantio, seria necessário que o agricultor fizesse ensaios em pequena escala.

Em relação à videira, argumenta que são tantas as variedades que uma certamente iria se adaptar à região do agricultor. Por isso, arremata: “[...] não perdoamos ao lavrador que por descuido não tiver no seu terreiro ao menos uma parreira.”⁴³ Cereais tais como o trigo, centeio, cevada e aveia terão futuro nas províncias do sul, prevê o autor.

Quando aborda a questão da produção de forrageiras para o gado, fica claro que esta necessidade ainda não fazia parte do horizonte do criador nacional, pois que “[...] é incrível o desleixo em que jaz o Brasil a respeito dos prados ou pastos artificiais”.⁴⁴ Algumas espécies de capim, especialmente o capim barba-de-bode na província de São Paulo e o capim-gordura (ou melado), por absoluta falta de cuidado, estariam infestando e esterilizando boa parte do Brasil e “são pastados somente por falta de melhor”.

Em relação à horticultura, dedica-lhe capítulo especial, exaltando esta atividade, pois, em sua visão, “[...] a vida civilizada deve a horticultura suas mais inocentes e agradáveis comodidades e recreações, a ponto de se poder medir o grau de civilização pelo apuro da arte de cultivar jardins e as hortas [...]”.⁴⁵ Para o autor, a horticultura estava muito atrasada no Brasil, atraso que atribui ao “estado colonial”; no entanto, com a independência, este setor estava dando importantes passos e, no futuro, legumes e frutas devidamente trabalhados “[...] hão de chegar a um tal auge, seja no número ou na qualidade, que mal nós podemos fazer idéia de que há de ser quando a ciência e a experiência, de mãos dadas tiverem trabalhado [...]”.⁴⁶

Quanto à criação de gado, Taunay se mostra bastante incrédulo em relação à aceitação de medidas mais racionais, manifestando claramente que neste setor imperavam a tradição, as crenças e simpatias e que não se percebia qualquer interesse dos criadores em alterar esse quadro. Nesse contexto, afirma que seu manual “[...]

de pouco servirá para homens que por tradição e práticas sabem perfeitamente todas as obrigações da sua profissão [...]”.⁴⁷ Mesmo assim, propõe que se invista em melhoramento de raças.

Taunay termina seu manual enfatizando a necessidade de se criar “cursos agrônômicos em fazendas modelos”, evidenciando que, ao invés de cursos jurídicos formando bacharéis, seria mais proveitoso que “[...] se formassem na nobre e benfazeja ciência da agricultura, base de toda a civilização, fonte de toda a riqueza [...]”.⁴⁸ No entanto, não permanece apenas no plano teórico, pois se ocupa longamente com uma proposta prática de como deveriam funcionar os “cursos agrônômicos”, elencando pessoal necessário, uma proposta de currículo, custos, administração dos alunos, etc.

Para Taunay, uma coisa era muito clara: um país que nasceu agrícola precisava investir nesta identidade. Numa clara manifestação de alguém que havia bebido nas águas da fisiocracia, termina sua obra afirmando que “a agricultura é sem dúvida a ocupação mais útil, a mais nobre e a mais chegada à natureza, de quantas o estado de civilização tem proporcionado aos homens”.

Proposals for agriculture in the beginning of the Brazilian Empire: a comparative study between the ideas of Friedrich von Weech and Carlos Augusto Taunay

Abstract

This work analyses the proposals for agriculture and livestock present in two manuals which were between 1827 and 1828. The authors, both foreign military, personally lived the experience with livestock activities in Rio de Janeiro. Friedrich von Weech, German official and agronomist had a short experience in Rio de Janeiro, once he returned to Germany in 1827. Carlos Augusto Taunay was an official in the Napoleonic troops and who, after some time in the just created Brazilian army, resigned, dedicating his time to agriculture. The present text aims to make a synthesis of both proposals, highlighting what both authors pointed as economically viable possibilities for future farmers, especially the immigrant ones that came to Brazil to live permanently. Considering that the city of Rio de Janeiro, then the capital of the then young Empire, experimented a population growth, it was strategic then to think about the furnishing of horti-farmer produce, such an aspect thought by both of them, and which is object of this text.

Key words: Agriculture. Brazil Empire. Furnishment.

Notas

- ¹ AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958. v. I. p. XIII.
- ² Idem, p. 9.
- ³ ALVES, Débora Bendocchi. Apresentação da edição brasileira, p. 1. Obs.: Débora Bendocchi Alves fez a tradução da obra de F. von Weech em 1989, disponibilizando-a ao público de língua portuguesa, contribuindo, dessa forma, significativamente para os estudiosos do assunto.
- ⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. Anotações introdutórias à obra de C. A. Taunay, p. 8
- ⁵ Idem, p. 12.
- ⁶ Von WEECH, Friedrich. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 22.
- ⁷ Idem, p. 25.
- ⁸ Id. *ibid.*
- ⁹ Idem, p. 26-27.
- ¹⁰ Idem, p. 72.
- ¹¹ Id. *ibid.*
- ¹² Idem, p. 74.
- ¹³ Id. *ibid.*
- ¹⁴ Idem, p. 75.
- ¹⁵ Idem, p. 82
- ¹⁶ Id. *ibid.*
- ¹⁷ Idem, p. 83.
- ¹⁸ Idem, p. 88.
- ¹⁹ Id. *ibid.*
- ²⁰ Idem, p. 135.
- ²¹ Idem, p. 152.
- ²² Idem, p. 154-155
- ²³ A esse respeito, verificar a obra de PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ²⁴ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 34.
- ²⁵ Idem, p. 36.
- ²⁶ Idem, p. 85.
- ²⁷ Idem, p. 39-40.
- ²⁸ Idem, p. 36. Este aspecto seria observado em grande medida posteriormente, com a prática das exposições agrícolas.
- ³⁰ TAUNAY, Carlos Augusto. Op. cit., p. 63.
- ³¹ Idem, p. 103.
- ³² Idem, p. 103-104.
- ³³ Idem, p. 113.
- ³⁴ Idem, p. 131.
- ³⁵ Idem, p. 140.

- ³⁶ Idem, p. 142.
³⁷ Idem, p. 146-147.
³⁸ Idem, p. 155.
³⁹ Idem, p. 158.
⁴⁰ Idem, p. 164.
⁴¹ Idem, p. 177.
⁴² Idem, p. 201.
⁴³ Idem, p. 204.
⁴⁴ Idem, p. 210.
⁴⁵ Idem, p. 214.
⁴⁶ Idem, p. 217.
⁴⁷ Idem, p. 256.
⁴⁸ Idem, p. 282.

SANTOS, Lucy Woellmer. *Estação agrônômica do estado (1885-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno – o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

SZMRECCSANYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

Referências bibliográficas

AMARAL, Luiz. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v. I.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LINHARES, Maria Iedda; SILVA, Francisco C. Teixeira. *A história da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUELMO, Julio. *Historia de la agricultura en Europa y America*. Madri: Ediciones Istmo, 1975.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SÁBATO, Hilda. *Capitalismo y ganaderia: la fiebre del llanar*. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.